



APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que a revista Direitos e Garantias Fundamentais lança o seu segundo Dossiê temático sobre Bioética e Direitos Humanos dando prosseguimento ao compromisso de criar um espaço que seja reconhecido nacional e internacionalmente por seu rigor na publicação de textos de matriz Bioética.

A Bioética, importante área de conhecimento, apesar de sua relevância e rica produção, permanece ainda com escassez de veículos que possuam credibilidade junto à comunidade científica e que sejam capazes de dar a visibilidade necessária para alavancar de forma sistemática, coerente e potente aquilo que se produz nos programas de pós-graduação em Bioética de nosso país.

A articulação entre os temas da Bioética e dos Direitos Humanos, consolidada na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos é terreno fértil à produção científica capaz de produzir conteúdos de qualidade superior de caráter transdisciplinar necessários à consolidação de Direitos Humanos e Fundamentais em um país que permanece com enormes problemas de violações de direitos sustentados em profundas desigualdades que impactam de forma profunda nossa Dignidade e nossa Democracia.

O primeiro artigo, *Contribuições da Bioética para uma Semeadura de Futuros Plurais*, discute os artigos 16 e 17 da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, abordando a proteção de gerações futuras, do meio ambiente e da biodiversidade, e propondo o pluralismo bioético como um conceito essencial para um futuro mais inclusivo.

No segundo artigo, *Bioética e Medicina na Sociedade Tecnológica*, os autores analisam as transformações na relação médico-paciente em um cenário marcado pela medicina baseada em evidências, questionando a priorização da eficiência em detrimento da humanização.

O terceiro artigo, *Pluralismos Jurídico e Bioético*, explora os limites do principialismo ao abordar os dilemas enfrentados por sujeitos coletivos de direitos, como comunidades tradicionais, propondo uma releitura das normas bioéticas a partir de perspectivas múltiplas e inclusivas.

O quarto artigo, *O Direito à Saúde na ADPF 787 e Princípios Bioéticos*, reflete sobre a decisão do Ministro Gilmar Mendes na ADPF 787, destacando o uso limitado da interseccionalidade e princípios bioéticos de equidade na fundamentação da medida cautelar.

O quinto artigo, *Bioética e Saúde Indígena na Pandemia de Covid-19*, examina os desafios enfrentados pelas populações indígenas brasileiras durante a pandemia, ressaltando as políticas anti-indígenas e a negligência em relação ao direito à saúde.

No sexto artigo, *A Deficiência Psicossocial e Seu Reflexo nas Políticas Públicas Direcionadas às Cuidadoras Familiares*, os autores analisam as demandas das cuidadoras familiares e a exclusão histórica das pessoas com deficiência psicossocial nas políticas públicas brasileiras.

O sétimo artigo, *O Crime Corporativo Socioambiental de Brumadinho sob a Ótica da Bioética Crítica*, aborda o desastre de Brumadinho em 2019, desvelando os conflitos bioéticos gerados pelo extrativismo mineral e as assimetrias de poder.

No oitavo artigo, *Bioética, Cidades e o Direito Humano à Água Potável para pessoas em situação de rua*, discute-se a negligência em relação

ao direito humano à água para pessoas em situação de rua, propondo soluções práticas para inclusão e justiça social.

O nono artigo, *A Impropriedade da Lei de Biossegurança Brasileira na Disciplina Jurídica da Engenharia, Terapia e Edição Genéticas*, analisa as lacunas da legislação atual, defendendo sua atualização para proteger o patrimônio genético humano.

No décimo artigo, *The Vulnerability of Data Genetics Holders in the Biotechnology Revolution*, os autores examinam a vulnerabilidade dos titulares de dados genéticos em um cenário de avanços tecnológicos e uso comercial dessas informações.

O décimo primeiro artigo, *O Uso dos Alimentos Transgênicos sob as Perspectivas da Gastroanomia e da Biossegurança*, investiga a falta de clareza legislativa e informativa sobre alimentos transgênicos, destacando os riscos e incertezas científicas.

Por fim, o décimo segundo artigo, *Liberdade de Expressão da Fé dos Líderes Religiosos em Face do Grupo LGBTQIA+*, analisa os limites entre a liberdade de expressão religiosa e os direitos fundamentais da população LGBTQIA+, destacando os conflitos jurídicos que surgem quando práticas religiosas se aproximam do discurso de ódio. O artigo explora o equilíbrio necessário entre essas garantias, utilizando a técnica da ponderação de bens jurídicos para promover o respeito mútuo.

Agradecemos aos autores, revisores e leitores que tornam possível a realização de mais este dossiê. Desejamos que os trabalhos aqui presentes sirvam de substrato teórico, estímulo acadêmico e inspiração pessoal para a construção de estratégias e perspectivas bioéticas que auxiliem no processo de construção de um futuro mais justo, solidário, democrático e ético.

Boa leitura!

Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer
Editora-Chefe

